

ATA DA 510ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Alexandre Orsi Netto, Representando a Segunda Subdefensoria Pública, Dr. Luiz Eduardo Kawano Dias, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto, e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. O Presidente iniciou a sessão as 09h35min, encaminhando a ata 504ª sessão ordinária para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Comunicou que, naquela sexta-feira, a Segunda Subdefensoria estava em reunião para tratar da atuação da Defensoria Pública no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), por esta razão o Defensor Luiz Eduardo Kawano Dias estava lhe representando na Sessão do Colegiado. Comunicou que, na última semana, a Defensora Clarissa Portas havia aceitado o convite para assumir o cargo de Corregedora Auxiliar, sendo necessário realizar algumas mudanças na equipe da administração. Destacou que o Defensor Luiz Felipe assumiria o Departamento de Apoio ao Atendimento a Presos Provisórios (DAP) e, junto com a Defensora Máira Coraci Diniz, integrará a Assessoria Criminal, e em contrapartida a Defensora Juliana Saad assumiu a Coordenação de Tecnologia da Informação, sendo convidado o Defensor Edgard Pierini Neto para atuar na Coordenação da Assessoria de Convênios. Relatou que as mudanças passariam a ser efetivadas, a partir da próxima terça-feira, e na oportunidade, agradeceu a todos integrantes da gestão, que se colocaram a disposição para realizar as mudanças, especialmente a Defensora Clarissa Portas, que considerou que a atuação dela será de grande valia na Corregedoria, mas afirmou que mudanças em prol da instituição às vezes ocorrem para melhorias. Comunicou que, na última semana, havia sido intensa a atividade do Assessor Parlamentar junto à assembléia federal e estadual. Relatou a articulação junto ao Congresso Nacional, citando que a instituição estava preocupada com a manifestação do Deputado Arthur Maia, relator na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, pois descreveu que o relator entendia que o Ministério Público, a Magistratura e a Defensoria Pública deviam ter a questão da aposentadoria tratada na esfera federal. Nesse sentido, afirmou que a administração tem analisado os cenários e emendas apresentadas pela Associação Nacional dos Defensores Públicos e pelo Fórum das Carreiras de Estado, do qual a Associação Paulista de Defensores Públicos participa, mas ressaltou a existência de um cenário nebuloso, especialmente em relação a Estados e Municípios. Relatou também que o PLP nº 343, que institui regime de recuperação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, causava preocupação, pois embora a instituição tenha orçamento próprio, o engessamento dos gastos impediria a posse de novos membros da instituição. Comentou que, na esfera estadual, o Assessor Parlamentar, Dr. Rafael Pitanga tem comparecido à Assembleia Legislativa para se apresentar às novas lideranças eleitas para o próximo biênio. Comunicou que a Defensoria Pública utiliza há alguns anos a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização para acesso às informações de usuários, mas comentou que, em 2014, a consultoria jurídica do Ministério da Justiça havia emitido um parecer entendendo que nenhuma Defensoria Pública poderia ter acesso ao sistema, pois deixava de se enquadrar no artigo do decreto presidencial, que estabelece os órgãos autorizados a participar da rede. Nesse sentido, apontou que o acesso da Defensoria era garantido por intermédio de uma mensagem eletrônica, sem que houvesse convênio com tal previsão, ressaltando que caso houvesse um convênio entre a Defensoria Pública e o Ministério da Justiça isso demandaria troca de informações sobre os usuários da instituição, o que não poderia ser feito. Assim, relatou que esteve em Brasília reunido com responsáveis pelo Infoseg, pois a Defensoria estava sendo restringida de acessar o sistema, e assim iniciou a articulação junto ao Coordenador do sistema, visando explicar a importância de acesso pela Defensoria, oportunidade em que havia sido o caso seria levada à pauta do órgão decisório do Ministério da Justiça. Contudo, afirmou que todos serão comunicados assim que obter um retorno. Comunicou

que, nesta semana, a Defensoria Geral havia encaminhado à Apadep um parecer elaborado pela Assessoria Jurídica, que indefere o pleito da entidade associativa pela incorporação de gratificação por função de coordenação, como argumento de vedação expressa em dispositivo legal para esse tipo de caso. Comunicou que, na última semana, havia sido encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Governador o Projeto de Lei nº 109/2017, que trata da criação de um fundo especial de custeio de perícias, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Apontou que, após diversas tratativas, houve o acordo de que a Defensoria Pública deixaria de arcar com as perícias judiciais, em razão do disposto na redação do atual Código de Processo Civil. Nesse sentido, informou que houve um comunicado conjunto enviado pelo Judiciário a esse respeito, destacando que o projeto isenta qualquer alteração do Fundo de Assistência Judiciária. Comunicou que, nesta semana, havia sido suspensa a reintegração de posse na ocupação da Av. São João, 588. Descreveu que vivem naquele local cerca de 80 (oitenta) famílias, que temiam serem despejadas sem a possibilidade de alternativa de abrigo e de levar seus pertences. Citou que o Núcleo de Habitação e Urbanismo, que é bastante demandado pelos movimentos sociais, havia trabalhado incansavelmente, e registrou o trabalho da Defensora Marcia Garutti, que atualmente ocupa a Secretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública, e participa ativamente nas discussões com o Núcleo de Habitação, demonstrando a importância de ter naquele cargo alguém com a sensibilidade de uma Defensora Pública. Lamentou o resultado da reintegração ocorrida na cidade de Campinas, na ocupação Nelson Mandela, citando que a Defensora Cátia Maria Brolazo havia tentado evitar a reintegração, dialogando com juízes, visando buscar alternativas, bem como o Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superior junto ao Tribunal de Justiça, na tentativa de convencer o Desembargador a analisar um agravo interposto pela Defensoria. No entanto, todos esses esforços foram em vão no cumprimento da reintegração de posse. Contudo, destacou que a derrota ocorrida em Campinas, mostrou a importância da luta da Defensoria em uma área muito sensível, e parabenizou a atuação dos Núcleos de Habitação e de Segunda Instância, especialmente a Defensora Catia Brolazo. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Defensora Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo, Luiza Lins Veloso. Ela apresentou argumentos favoráveis à aprovação do eixo 5.3 do plano de atuação em trâmite no processo CSDP nº 519/16. Ela defendeu a proposta, que já havia sido aprovada com textos semelhantes nas edições I, III e IV das Conferências, e narrou que, embora a proposta sequer tenha sido plenamente executada, os delegados eleitos mantinham a crença na instituição na possibilidade de realizar a demanda. Afirmou que a criação daqueles Núcleos Regionais não se confunde com proposta do processo CSDP nº 355/13, que busca a edição de deliberação para criar cargos de Coordenador Regional de Habitação. Afirmou que a rejeição da proposta 5.3 frustraria a expectativa criada pela população hipossuficiente, diante da vinda do novo Código de Processo Civil. Descreveu que o Núcleo Especializado tem obtido grandes resultados por meio de precedentes no Supremo Tribunal Federal junto ao Tribunal de Justiça, destacando a aprovação em artigos de revista do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, a atuação conjunta com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública de outros Estados. Relatou ter recebido um convite para participar de debate sobre a medida provisória nº 759/16, que dispõe sobre um novo marco de regularização fundiária, a ser realizado em Brasília na Câmara dos Deputados, no próximo dia 11 de abril. Por fim, externou seu desejo de contribuir de alguma forma para a expansão da habitação, no âmbito das discussões do Conselho Superior. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante da Central de Movimentos Populares, Sr. Benedito Roberto Barbosa. Ele agradeceu o espaço de diálogo aberto com a sociedade civil, ressaltando que tal possibilidade inexistia em outras instituições do sistema de justiça, e agradeceu o empenho da instituição em prol do direito à moradia. Estendeu o agradecimento ao trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo contra reintegrações de posse no Estado, e informou que tem acompanhado a reintegração na ocupação Mandela, sendo testemunha do trabalho incansável do Núcleo de Segunda Instância. Agradeceu o empenho da Administração Superior na articulação junto ao Governador do Estado, visando evitar a reintegração de posse na Avenida São João, e mostrou a importância de reconhecer que grande parte dos Defensores está muito empenhada na luta por moradia, ao lado das pessoas que buscam acesso à Justiça. Com relação a proposta da Conferência, apresentada pela Coordenadora do Núcleo de Habitação e

Urbanismo, sugeriu a realização de uma audiência pública para discussão da questão, mostrando a importância de reconhecer que todas as áreas são sensíveis e precisam de mais profissionais atuando, dada a demanda existente em todos os Núcleos. No entanto, defendeu que na área da habitação é necessário haver atuação mais intensa no interior, avaliando que os movimentos sociais são mais fortes na Capital. Após, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Representante da Central de Movimentos Populares, Sr. Nelson da Cruz Souza. Ele solicitou que o Conselho Superior respeitasse e acatasse as decisões das Conferências da Defensoria Pública, apontando que a sociedade civil deixaria de aceitar o retrocesso no sistema de escolha do Ouvidor da Defensoria Pública. Relembrou que a Defensoria Pública havia sido criada com o empenho da sociedade civil, e avaliou que o Conselho Superior se julga realmente superior às decisões tomadas nas Conferências, mostrando que se houver mudança no plano de atuação, a sociedade civil deveria ser consultada. Mostrou orgulho na atuação do Núcleo de Habitação, considerando que todos deveriam seguir o exemplo. Mostrou sensibilidade na fala da Defensora Luiza Lins, sendo possível perceber que ela é guiada pelo sentimento de justiça. Após, o Presidente franqueou a palavra à Usuária da Defensoria Pública, Sra. Marcia Groeninga. Ela informou que tinha participado do VI Curso de Defensores e Defensoras Populares, realizado pela Escola da Defensoria, e sinalizou que sua principal intenção visava buscar conhecimento para melhor acesso à justiça, para ter uma visão crítica do direito e para buscar reduzir as desigualdades sociais. Nesse sentido, agradeceu a oportunidade de obter conhecimento para contribuir com a sociedade. Após, o Presidente franqueou a palavra à Usuária da Defensoria Pública, Sra. Maria Hortência Santos Correia. Ela informou que havia procurado a instituição, em razão de seus netos terem problemas com drogas, e após ter agendado seu atendimento para as 09h40, somente às 12h teve concluído sua demanda, criticando que por ser diabética, quase não teve forças para aguardar por se sentir muito mal. Criticou, também, que, no seu atendimento, haviam vasculhado sua vida buscando dados para atestar seu grau de pobreza. Por fim, mostrou descontentamento com a instituição, pois ao final de seu atendimento houve a negativa para encaminhamento de seus netos para um tratamento hospitalar, sendo orientado a buscar outras instâncias, o que se sentiu humilhada após esperar tanto tempo pelo atendimento. Por essa razão, informou que havia formalizado uma reclamação junto à Ouvidoria. O Ouvidor Alderon Pereira prestou a informação de que havia recebido a reclamação, na última quinta-feira, e sinalizou que o órgão tem cinco dias para apurar o ocorrido, assim prestou solidariedade à usuária. Após, o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Representante da Associação dos Servidores, Servidora Marina Oliveira Santos. Ela citou que em falas da sessão anterior havia afirmado que o tema “assédio e relações de poder” foi alvo de pesquisa realizada em 2015 pela entidade associativa, Ouvidoria e Corregedoria, sendo seus resultados entregues à Defensoria Geral no início da atual gestão. Afirmou que, desde o início do ano, a entidade de classe tem intensificado sua articulação com o Legislativo e o Executivo em prol do reajuste remuneratório, e descreveu que atualmente o cenário é desfavorável para reajuste de salários estruturados, e pediu esclarecimentos ao Presidente sobre sua estratégia de convencimento do Executivo, visando viabilizar o aumento das duas categorias. Apontou ver ausência de transparência nas ações da administração, ressaltando que antes havia um discurso de priorização do reajuste aos servidores, mas agora houve retorno ao discurso pelo aumento para ambas as categorias no mesmo PLC nº 58/15. Ressaltou ser equivocada a estratégia de acordo com o Executivo para reajuste ao quadro de apoio, com negociação direta dos Presidentes, citando os exemplos do TJSP e do MP, que firmaram. Nesse sentido, pediu apoio da Defensoria Geral para um rápido acordo com o Executivo para aprovação do substitutivo em vigência do projeto de lei ou da proposta em análise na Casa Civil. Por fim, parabenizou as Servidoras do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) de Mogi das Cruzes, que havia recebido o Prêmio “Maria Vitória Vergaças”, concedido pela Comissão da Mulher Advogada da OAB, em homenagem ao trabalho realizado em defesa das mulheres vítimas de violência. Após, franqueou a palavra à Defensora Flávia D’Urso, Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária. Ela manifestou sobre as alterações no plano de atuação, no que diz respeito à proposta 9.2 do V ciclo de Conferência, em razão da atuação do Núcleo Especializado, visando garantir o cumprimento de pena próximo da família e transporte gratuito para transporte de preso a 100 km ou mais. Apontou que na Lei de Execução Penal há um dispositivo que prevê o direito de presos a visitas, e cria mecanismos para efetivar essa garantia. Assim, afirmou que a meta da conferência operacionaliza o direito

subjetivo do sentenciado, prevendo a garantia do direito ser exercido. Citou que havia encontrado um projeto do Estado do Rio de Janeiro, que prevê humanização do atendimento de familiares e visitantes de detentos, estabelecendo garantia de ingresso de todos que cumpram as normas de segurança, com auxílio ou vale transporte em casos de pessoas comprovadamente necessitadas. Nesse sentido, apontou que o Núcleo Especializado pretende apresentar uma proposta de deliberação para tratar do assunto, com base no projeto de lei carioca e em resolução de 2013 da Secretaria da Administração Penitenciária, que prevê obrigação da pasta a prover auxílio-transporte. Por fim, comentou sobre a possibilidade de articulação da Defensoria por meio da Assessoria Parlamentar, em prol da garantia de um direito fundamental, a fim de auxiliar nas atividades dos Defensores na área de execução penal. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação à fala da Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo, o Presidente apontou que o plano anual de atuação será debatido e enfrentado pelo Colegiado, e avaliou que as ponderações feitas são de extrema importância para a orientação dos Conselheiros, independentemente do resultado da votação, pois a atuação da Defensoria Pública vai além do que consta do plano, assim sendo a atuação diária e ilimitada dos Defensores Públicos. Com relação à fala dos Representantes da Central de Movimentos Populares, o Presidente comentou que o espaço do momento aberto destinava a oitiva que visasse à reflexão dos Conselheiros. Nesse sentido, ressaltou que o Conselho Superior era um órgão normativo, que traça regras para a instituição, estando abertos ao debate, como também outros órgãos internos, além da importância da pluralidade no Conselho. Contudo, pediu que independente das discordâncias houvesse respeito mútuo e urbanidade, através de um diálogo respeitoso, pois caso contrário medidas de comportamentos agressivos levam a um natural fechamento do espaço. Com relação ao atendimento da Sra. Maria Hortência, o Presidente esclareceu que o Conselho Superior era deficiente para lidar com situações concretas de forma imediata, mas agradeceu a manifestação, apontando que o caso demonstra a necessidade de melhoria na qualidade do atendimento, visando acolher de imediato os usuários. Com relação à fala da Associação dos Servidores, o Presidente discordou da avaliação feita, e afirmou que todos os pedidos de reunião feitos à Defensoria Geral foram prontamente atendidos e que todos os dados da instituição são passados à associação. Mencionou que, a pedido da associação, a reunião desta semana havia sido remarcada para a próxima. Reiterou que todos os relatos de negociação sobre reajuste salarial são feitos com transparência, durante as sessões do Conselho Superior e em reuniões com a entidade. Registrou que, se falta alguma transparência talvez fosse da entidade de classe, eximindo à Defensoria Geral, que compartilha abertamente de suas estratégias. Relatou que a entidade de classe tem usado o canal de Lei de Acesso à Informação para pedir detalhes de holerite de Defensores Públicos, que afirmou estar disponível no portal da transparência da Defensoria. Afirmou que posturas agressivas e de confronto não trarão qualquer benefício aos servidores, principalmente num momento financeiro crítico. Avaliou que a Administração deve ser criticada e cobrada, mas afirmou que há diversos modos de afastar por completo uma capacidade de construção conjunta, enfatizando, por exemplo, a postura beligerante e agressiva. Contudo, concordou que a situação dos servidores é mais sensível, pois ganham menos, mas ressaltou que a falta de reposição inflacionária afeta a todos os membros da Instituição. Afirmou que, no ano passado, havia priorizado os servidores, pois o reajuste sequer poderia ser feito para as duas categorias, mas analisou que, neste ano, uma nova possibilidade se avistou, sendo sua obrigação de pleitear em prol das duas categorias. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou preocupação com a fala da Representante da Associação de Servidores sobre a existência de assédio institucionalizado. Avaliou ser uma acusação delicada para ser abordada de forma genérica, e mostrou a importância de apontar as situações concretas, pois a prática do assédio deve ser individualizada, visando identificar a acusação de forma desgeneralizada. O Ouvidor Alderon Pereira proferiu a leitura de um texto com dados do levantamento feito na instituição, a partir da formação de um grupo de trabalho por iniciativa de Associação dos Servidores em parceria com a Ouvidoria, tendo a participação da Corregedoria. Afirmou que a pesquisa analisava a existência de 23% (vinte e três por cento) relatos de assédio moral, descrevendo não serem casos pontuais isolados, tendo o principal grupo de Defensores com relatos, seguidos de agentes, e por último a classe de oficiais. Relatou que foram apurados casos de assédio sexual, como cantadas e envio de

mensagens de cunho sexual. Nesse sentido, mostrou a necessidade de que a Defensoria Pública estabelecesse fluxo de atendimento, colocando o Grupo de Trabalho à disposição para sanar dúvidas. O Conselheiro Alexandre Orsi agradeceu as informações trazidas pelo Ouvidor, e considerou que, quando a Associação de Servidores menciona ter assédio moral institucionalizado, significa ser algo que é aceito e estabelecido. No entanto, avaliou que existem casos pontuais, ainda que recorrentes em certa localidade, que devem ser apurados e coibidos. Contudo, analisou ser indevido e grave falar em “assédio institucionalizado”, pois o Conselho Superior e a Defensoria Geral repudiam essa prática. O Ouvidor Alderon Pereira comentou que o dado apurado na pesquisa destaca a importância de desenvolvimento de um trabalho de prevenção pela instituição e de orientação sobre o assédio. Informou que o Grupo de Trabalho que havia realizado a pesquisa objetivava abrir canais para que as pessoas que sofrem com isso possam chegar aos órgãos de auxílio, citando a Corregedoria e a Ouvidoria. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou a necessidade de ter cuidado ao usar a expressão assédio moral institucionalizado, pois classificou como algo praticado por todos os Defensores, uma vez que esse ato pode ser considerado um fato criminoso. Apontou ter dialogado com um Representante da Associação de Servidores sobre a questão, e acrescentou que se preocupa com as falas da Ouvidoria-Geral, como se fosse sua função defender a Associação de Servidores, o que frisou não ser o seu papel. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano concordou com as falas dos Conselheiros Horácio Xavier e Alexandre Orsi em relação à questão de haver assédio institucionalizado, e afirmou que casos específicos devem ser apurados, afirmando a existência de órgãos correccionais, como é o caso da Corregedoria, entre outros. O Ouvidor Alderon Pereira afirmou que, embora pudesse fazê-lo, não lhe cabe realizar a defesa dos servidores, já que eles não têm representantes no Conselho Superior. Ressaltou que apenas trouxe o resultado do Grupo de Trabalho, do qual a Ouvidoria havia participado, junto com a Associação de Servidores e a Corregedoria, apontando o índice de assédio na Defensoria. O Conselheiro Julio Tanone classificou que a afirmação de que há assédio moral e sexual institucionalizado na Defensoria Pública é estéril, leviana, mentirosa, ilícita e inaceitável, pedindo assim que essa retórica fosse afastada do Conselho Superior e a Corregedoria ficasse atenta a essas afirmações. O Conselheiro Horácio Xavier discordou da fala da Associação dos Servidores, pois considerou que não deveria ter priorização de classe sobre o reajuste, e discordou também do Defensor Geral, pois dentre os Servidores, há quem receba mais que Defensor Público. Com relação a fala das Coordenadoras de Núcleo Especializado, considerou que as mesmas poderiam ter sido feitas no bojo das discussões dos autos CSDP nº 519/16, em discussão no âmbito do Conselho Superior, tal como previsto em regimento interno. O Conselheiro Luiz Eduardo afirmou que todas as demandas são importantes e justas, mas que deveriam se atentar à forma como são apresentadas, e mostrou a necessidade de diálogo sobre o caso. O Conselheiro Horácio Xavier lamentou a recorrência de falas agressivas durante o momento aberto, e pontuou que as manifestações seguem numa via de mão dupla, ou seja, se a fala da sociedade civil for agressiva, sua resposta também será no mesmo tom. Citou que uma das questões tratadas menciona a possibilidade de alteração das propostas da Conferência, e lembrou que, em conferências passadas o Conselho Superior havia alterado a redação da proposta. Afirmou que o povo é dono da Defensoria Pública, e esclareceu que a sociedade civil representa segmentos do povo, representando pontos de interesse. Lamentou ter que ouvir algumas exposições que não levam a nada, externando a importância da construção conjuntamente, visando à manutenção do diálogo aberto, sem que haja falas violentas. Abordou sobre a importância da valorização do trabalho de Defensores, que prestam atendimento em comunidades carentes, e ressaltou que ninguém almeja destruir a sociedade civil organizada, considerando que continua sendo extremamente importante para a instituição, mas mostrou a importância também de dar atenção ao povo, razão pelas quais a Defensoria Pública foi criada. Consigna-se que a fala foi elogiada pelos Conselheiros: Alexandre Orsi, Lúcio Mota, Octavio Bueno e o Representante da Apadep, Leonardo Scofano. O Ouvidor Alderon Pereira ponderou que sociedade civil possui uma maneira diferente de falar, e nesse sentido, pediu que os Conselheiros compreendessem e deixassem de utilizar tons de ameaça, caso a sociedade civil continue a criticar o trabalho realizado pela instituição. Assim, ressaltou que o momento aberto é o canal de expressão da sociedade civil, que possui próprias formas de se expressar. O Conselheiro Alexandre Orsi solicitou ao Defensor Geral para que enviasse aos Conselheiros o parecer em

relação ao pedido da Apadep, que trata da incorporação da gratificação por exercício de função de coordenação. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano mencionou que ainda aguardava o parecer da Defensoria Geral, e apontou que o escritório de advocacia contratado pela Apadep estava à disposição dos Defensores, que quisessem judicializar a questão. Na oportunidade, parabenizou a administração por acatar o pedido da Apadep para o pagamento de auxílio-alimentação dias não úteis trabalhados, sem a necessidade de discussão no âmbito do Conselho Superior. O Presidente esclareceu que a deliberação sobre o pagamento de auxílio-alimentação não vedava o pagamento em dias não úteis trabalhados, por isso, citou que, a partir da provocação da Apadep, houve alteração do ato, prevendo o pagamento, tanto para Defensores como para Servidores. O Conselheiro Alexandre Orsi relatou que o Centro de Detenção Provisória de Capela do Alto estava com uma demanda reprimida em relação à expedição de guias de recolhimento. Informou que há diversos sentenciados que já cumpriram o lapso de tempo necessário para receberem benefícios, mas o pedido é prejudicado em razão da falta das guias de recolhimento. Sinalizou que em conjunto com o Defensor Luciano Pereira impetrará habeas corpus para todos os casos que estão nessa situação, e apontou a quantidade de mais de 50 casos, demandando um esforço dos Defensores de Sorocaba, que não têm condições de fazer isso regularmente, pois envolve Defensores de Varas de Execução Criminal em todo o Estado. Nesse sentido, afirmou ser necessária a atuação da Administração Superior nos casos onde não há Defensoria, sendo inviável a atuação de Defensores de VECs. Narrou que, na última quinta-feira, o DAP havia encaminhado à sua unidade a mesma relação de presos, afirmando que a atribuição de distribuição de guia de recolhimento é do processo de conhecimento, sendo trabalho de Defensor de Vara Singular ou Advogado dativo buscar a guia. Por fim, pediu a atuação centralizada pela Administração Superior de todo o Estado, e solicitou que eventuais casos de que se tome conhecimento fossem encaminhados à administração, pois terá maior peso institucional no tratamento da questão. O Presidente mostrou preocupação com a situação, mas considerou a ideia excelente, e informou que, nesta semana, havia se reunido com o Defensor João Henrique Impéria, Coordenador do Núcleo de Segunda Instância, que tem recebido esse tipo de demanda envolvendo expedição de guia de recolhimento. Por esta razão, informou que houve o agendamento de uma reunião com o Desembargador Manoel Calças, Corregedor Geral de Justiça do Estado, visando buscar uma maior automatização da expedição de guias de recolhimento e formação do processo de execução. Considerou que registrar os casos e levá-los ao conhecimento do Tribunal de Justiça do Estado, visando demonstrar o absurdo na demora para expedição de guias, principalmente em caso de penas pequenas, acarreta no encarceramento de presos por mais tempo do que deveriam. O Conselheiro Alexandre Orsi informou que o diretor do Centro de Detenção Provisória havia encaminhado entre 30 e 50 casos do tipo à unidade da Defensoria, observando que muitos já tinham um lapso para benefícios, mas haveria mais de 180 presos no CDP de Capela do Alto sem guia de recolhimento. O Presidente relatou que havia sido realizado um acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária, a fim de fornecer à Defensoria, por meio da DAP, informações a partir da direção dos estabelecimentos prisionais, mas era preciso também dar vazão aos casos que forem verificados pelos Defensores. O Conselheiro Luiz Eduardo afirmou que todos os Defensores que atuam em VECs enfrentavam esse problema, e mencionou ter encaminhado à Defensoria Geral casos semelhantes, mas sem sucesso, pois judicialmente a Corregedoria dos Presídios nega atribuição para atuar, afirmando que seria da vara de conhecimento, e em contrapartida a Corregedoria afirma o cumprimento de sua parte, resultando numa situação devastadora e imprecisa para a população carcerária. Considerou a questão um grave problema, que por ficar silencioso sequer chega ao conhecimento das pessoas, sugerindo que fosse verificada a experiência de locais distintos, apontando que as penitenciárias possuem estrutura deficitária para fazer coleta de dados, incluindo estrutura humana. Aventou a possibilidade de usar algum filtro para detectar as entradas nos estabelecimentos, a fim de checar quem tem guias autuadas, ou sugeriu a elaboração de um plano da Defensoria para tanto. O Ouvidor Alderon Pereira afirmou que a Ouvidoria tem recebido muitas reclamações relativas ao atendimento no Fórum Criminal da Barra Funda. Afirmou que naquele local a Ouvidoria tem trabalhado conjuntamente com o Núcleo de Situação Carcerária, visando articular medidas no sistema prisional, e ressaltou que muitas pessoas continuam presas, além do tempo devido. O Presidente lembrou o caso divulgado pela instituição sobre um homem que tinha sido preso

durante três anos, mesmo depois da expedição de alvará de soltura. Afirmou que o Defensor havia verificado a expedição de alvará de soltura e que a manutenção da prisão, num caso que ainda estava em fase de inquérito policial, nem sequer tinha chegado ao conhecimento do Defensor. Assim, concluiu que o sistema possui falhas impossíveis de serem permitidas. A Corregedora Ana Paula afirmou que a questão tinha sido levada diversas vezes ao Tribunal de Justiça. Avaliou que a digitalização dos processos melhoraria a situação, mas ocorreu o contrário, pois o Tribunal justifica que a exígua quantidade de Servidores para digitalizar os autos, restando um vácuo. Afirmou que a digitalização tinha piorado muito o trabalho na área criminal, e pior na área de execução penal. No entanto, aventou a possibilidade de nova reunião com o Corregedor-Geral de Justiça sobre o assunto, pois o problema persistia, tendo também sido levado à Corregedoria da Defensoria pelo Núcleo de Segunda Instância. Por fim, relatou que a Corregedoria pedirá aos Defensores que, ao impetrarem habeas corpus no Tribunal de Justiça, em vez de usarem seus nomes pessoais, assinem Defensoria Pública do Estado, com CNPJ da instituição, visando facilitar a localização dos processos pelo Núcleo de Situação Carcerária. O Conselheiro Octavio Bueno afirmou que permanece em Sorocaba o problema das audiências de custódia relativo à falta de alimentação aos presos. Enalteceu o trabalho da servidora Regiane, Assistente Social de Sorocaba, que tem mantido papel muito ativo, em contato com a justiça e a rede local de serviços sociais. Mencionou ter confeccionado uma proposta de termo de parceria com a Prefeitura e a SAP, visando prever a alimentação e condições para reintegração dos egressos, entre outras medidas. Por fim, comentou que buscar localmente a solução para o problema, mas pediu que a administração entrasse em contato com a servidora Regiane, objetivando reproduzir em outros locais o modelo adotado. A Corregedora Ana Paula afirmou que a atuação do Núcleo de Segunda Instância tem sido profícua em questão processual e politicamente para os interesses da instituição. Citou sobre o recrudescimento das orientações na área criminal pelo Superior Tribunal de Justiça, e apontou a necessidade de o Núcleo permanecer atuante, visando à revogação de súmulas. Por fim, mencionou que atualmente não se tem conseguido o mesmo êxito nos habeas corpus impetrados ao Superior Tribunal de Justiça e também ao Supremo Tribunal Federal como antigamente. O Presidente afirmou que havia sido contabilizado pelo Tribunal de Justiça um volume impressionante de 45 mil habeas corpus impetrados em um ano pela Defensoria Pública. No entanto, avaliou ser impossível uma análise da efetividade da atuação, pois há dificuldade de localizar a atuação da Defensoria Pública, quando o processo está em nome apenas de Defensor. Assim, apontou que o número estimado pelo Núcleo de Segunda Instância de habeas corpus é de 60 mil. A Corregedora Ana Paula informou que o órgão disponibilizará números pedidos pelo Núcleo de Segunda Instância, que devem dar dados com melhor precisão. O Conselheiro Pedro Avelar informou que Defensores utilizam o nome Defensoria como impetrante, mas o sistema do Tribunal de Justiça utiliza o nome do Defensor por meio de seu cartão, como “advogado”. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino mostrou as dificuldades das audiências de custódia em Sorocaba, pois expõe os usuários da Defensoria de forma indigna, além de envolver questões estruturais e orçamentárias de diversos órgãos. Mencionou que a resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça, que trata dos procedimentos nessas audiências, prevendo uma equipe interdisciplinar para suporte aos presos. Nesse sentido, destacou a iniciativa da servidora Regiane em Sorocaba, pois estruturou a central de penas e medidas alternativas, e informou que o Departamento de Divisão de Apoio ao Atendimento do Preso Provisório contatará a servidora, objetivando trocar experiências e implementar em outros locais. Relatou que, na última quinta-feira, havia visitado a unidade de São José dos Campos em companhia do Coordenador da Assessoria da Qualidade por provocação de Defensores, e afirmou que a Ouvidoria havia visitado o local anteriormente. Informou que a visita tratava de melhorias no atendimento inicial, em razão de uma sobrecarga de trabalho sazonal, por conta de pedidos de vaga em creches e escolas. Destacou que a Assessoria havia proposto algumas melhorias, e agradeceu pelo trabalho do órgão, além da receptividade da unidade e da Coordenadora Ana Paula Meirelles Lewin. Informou que, na última quinta-feira, esteve na reunião do Grupo de Trabalho que trata da reformulação da fixação de atribuições específicas das unidades da Defensoria no estado, e descreveu que, na oportunidade, foram propostos refinamentos, sendo agendada nova reunião na próxima terça-feira. Assim, se comprometeu a encaminhar as atas das duas reuniões anteriores para conhecimento do colegiado. O Conselheiro Lucio Mota elogiou o trabalho desenvolvido pelo

Núcleo de Habitação e Urbanismo, citando os presentes Dra. Luiza Lins Veloso e Dra. Marina Costa Craveiro, e considerou que o Grupo de Trabalho devesse ter uma sensibilidade na divisão de atribuições para os Núcleos Especializados, em razão da estrutura e atuação. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que as informações recebidas sobre a reforma da previdência são imprecisas, considerando que, independentemente da proposta a ser adotada, a reforma será drástica e afetará gravemente a população em geral, inclusive aos membros da Defensoria Pública. Citou que o princípio da unidade institucional só era usado em prejuízo à Defensoria, pois o subteto se aplica apenas ao Defensor, ao contrário do que acontece com membros da magistratura e do Ministério Público. O Presidente concordou com a ponderação do Conselheiro Luiz Eduardo, e relatou sobre a recente reunião que havia participado com o Condege, destacando que sequer pensam no perigo da reforma em debate, pois existe uma posição indecisa da Presidência da República, além do posicionamento negativo do relator da reforma de encarar Defensoria, Ministério Público e Magistratura da mesma forma. Ainda assim, afirmou que há imensa resistência por parte dos parlamentares para mudar suas posições. O Conselheiro Luiz Eduardo apontou que recentemente o Estado de São Paulo havia sofrido uma mudança na reforma previdenciária, considerando que a Defensoria Pública sofre em razão de sua estrutura remuneratória e de direitos nada robusta. O Ouvidor Alderon Pereira colocou o órgão à disposição para realizar uma audiência pública com a sociedade civil, visando debater os riscos da reforma previdenciária. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano ponderou que as questões da reforma da previdência e a renegociação das dívidas dos Estados traz incertezas, pois a cada semana há uma nova notícia. Nesse sentido, comentou que, na semana passada, havia sido anunciado que servidores dos Estados e Municípios seriam excluídos da reforma da previdência, porém depois houve a informação de que Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura estariam incluídos na reforma, em razão do princípio da Unidade. Sinalizou que a entidade de classe continua acompanhando a questão para informar corretamente os Defensores, mas destacou que, atualmente, o cenário que se tem é o de que os Estados teriam seis meses para fazerem as adequações necessárias, alertando que durante o prazo, se não houver a reforma nos Estados, a reforma federal será aplicada. Informou que em breve haveria uma palestra com o professor Fábio Zambitte para tratar dos efeitos da reforma da previdência, porém o evento tinha sido adiado, em razão das incertezas sobre a exclusão dos servidores estaduais. Em relação à renegociação das dívidas dos Estados, apontou que a limitação de gastos com pessoal está sendo imposta pelo Governo Federal aos Estados no PLP 343, e pontuou que a Apadep e a Anadep vislumbram apresentar emendas ao projeto. Por fim, informou que estará em Brasília na próxima semana para acompanhar todas essas questões. O Ouvidor Alderon Pereira lamentou a reintegração de posse da Ocupação Mandela, em Campinas, e reconheceu o empenho da instituição, especialmente pela Defensoria local. No entanto, relatou que o cenário era assustador em relação à garantia do direito à moradia, e comentou o caso de um usuário que tinha provocado a Ouvidoria, afirmando que atualmente deixam de se fazer casas, mas apenas albergues. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano parabenizou a atuação do Núcleo de Habitação e Urbanismo, e relatou que, no próximo dia 11 de abril, estará em Brasília para acompanhar a audiência pública, que trata do debate sobre a Medida Provisória nº 759, que trata da reforma agrária. Nesse sentido, colocou a Apadep à disposição do Núcleo. O Ouvidor Alderon Pereira afirmou que o caso da Sra. Hortência era vivenciado por várias pessoas, e inclusive estava sendo enfrentado pela Ouvidoria, relatando que possui reunião agendada com a Segunda Subdefensoria Pública-Geral para tratar do tema. O Presidente afirmou ser preciso evitar a reanálise da situação financeira da pessoa nas unidades de atendimento, que avaliou ser preocupante, devido a falhas na avaliação financeira, diante do rápido atendimento. Nesse sentido, apontou que para o atendimento inicial ser mais efetivo, a administração busca o aprimoramento constante. Não havendo mais inscritos entre os Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº421/17 (Excetuoado a pauta)**. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no “2º Seminário Internacional sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Análises de casos da Corte e da Comissão”, no período de 03 e 04 de abril de 2017. Relator: Conselheiro: Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto oralmente no sentido de deferir o afastamento dos interessados, nos termos do pedido formulado pela Edepe. O

Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos/as seguintes Defensores/as Públicos/as: José Victor Ramos Nogueira, Rafael Galati Sabio, Fernanda Penteado Balera, Leandro de Castro Gomes, Luciano Pereira de Andrade, Andrea da Silva Lima, Akira Koza Palmieri, Lucia Thomé Reinert, Rafael de Paula Eduardo Faber, Milena Jackeline Reis e dos seguintes Servidores/as: Iara Aparecida de Oliveira, Micheli Fabiana Salina, Elizabete Saiki, Janete Aparecida Silva Peixoto Rodrigues e Marco Antônio de Oliveira Branco, no período de 03 a 04 de abril de 2017. **CSDP nº 422/17 (Excetuaado a pauta)**. Interessada: Juliana de Oliveira Carlos. Assunto: Pedido de afastamento para participação no seminário "10 anos da Lei de Drogas: resultados e perspectivas", no período de 25 e 26 de abril de 2017. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada, nos termos da deliberação CSDP nº 183/10. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da servidora Juliana de Oliveira Carlos, no período de 25 a 26 de abril de 2017. **CSDP nº 452/17 (Excetuaado a pauta)**. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "A expansão do direito penal", a ser realizado no dia 03 de abril de 2017. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto oralmente no sentido de deferir o afastamento dos interessados, nos termos do pedido formulado pela Edepe. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Alandeson de Jesus Vidal, Wesley Sanches Pinho, e dos seguintes Servidores: Leandro Pereira Castilho e Ronaldo Eloi de Jesus, no dia 03 de abril de 2017. **CSDP nº 011/17**. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2017. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a lista do concurso emergencial da Unidade de Caraguatatuba, conforme juntada nos autos pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado do Concurso Emergencial da Unidade Caraguatatuba, referente ao mês de março de 2017, a ser publicado oportunamente. **CSDP nº 378/17**. Interessado/a: Carolina Gurgel Lobo e Patricia Valentim Villela Carvalho. Assunto: Remoção por permuta (03ª DP da Unidade Infância e Juventude e 02ª DP Macrorregião 3). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório informando que a Secretaria do Conselho Superior havia acostado nos autos a ausência de manifestações, após a publicação do comunicado, e proferiu o voto no sentido de aprovar a permuta formulada entre as Defensoras Públicas. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o prazo de manifestações, aprovar a remoção por permuta entre as Defensoras Públicas Carolina Gurgel Lobo e Patrícia Valentim Villela Carvalho. **CSDP nº 492/16**. Interessado/a: Coordenação da Regional Infância e Juventude. Assunto: Pedido de regulamentação de trabalho extraordinário, que decorre de decisões externas à Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator informou a necessidade de indicar o grupo de trabalho para definição de atividades, conforme voto aprovado em sessão anterior. Destacou que o Grupo de Trabalho precisa se reunir para iniciar a atuação, pedindo que os respectivos integrantes fossem indicados por e-mail institucional. A Secretaria do Conselho Superior informou que houve a indicação do Grupo de Trabalho em novembro de 2016, sendo publicada a designação naquela oportunidade. O Presidente sugeriu prorrogar o prazo de atuação do grupo, e que os respectivos integrantes fossem indicados, caso houvesse alteração da composição, via e-mail institucional ao Conselheiro Octavio Ginez, que organizará as atividades. Em seguida, encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade, a sugestão da Presidência. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar o prazo de atuação do Grupo de Trabalho instituído. **CSDP nº 519/16**. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-

Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2016 / 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Ouvidor leu o relatório e proferiu a leitura do parecer no sentido de solicitar que sejam apreciados um a um os pedidos desta Ouvidoria, evitando-se o silenciamento da sociedade civil aqui representada: (I) Que o Plano de Atuação seja integralmente aprovado, nos termos do art. 31, inciso XIX, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006; (ii) Que o Conselho Superior se comprometa com o monitoramento efetivo das metas, observando os indicadores criados para tanto; (iii) Que o Conselho Superior, ainda, se comprometa com a prestação de contas à sociedade em todas as fases de implementação do plano de atuação – ou seja, que a cada dois meses nós avaliemos o que está sendo implementado pela instituição, as atividades encontradas e as possibilidades de avançarmos na concretização dessas propostas; (iv) Que o Conselho reconheça os espaços das Conferências como um espaço legítimo de participação popular e democrático, de escuta e deliberação, não o reduzindo, nas suas fases subsequentes, a uma mera formalidade. (v) Que a discussão do caráter "utópico" ou não das propostas seja feita nas Conferências, e não no Conselho Superior, que não é representativo da sociedade civil; (vi) Que a Comissão Organizadora e, principalmente, o Conselheiro eleito para acompanhar o VI Ciclo de Conferências se debruce sobre as críticas apresentadas neste parecer pela Ouvidoria e os demais questionamentos da sociedade civil para contemplar, na organização do próximo ciclo de conferências a efetividade, ampla participação e correção dos problemas identificados nos ciclos anteriores. Após, o Presidente questionou se o Colegiado possui encaminhamento diverso. O Conselheiro Julio Tanone manifestou que havia o encaminhamento diverso, e proferiu a leitura de voto vista no sentido de aprovação ao plano anual tal qual enviado, inclusive o item 5.3, afastando-se, por ora, a proposta objeto do item 8.3, renumerando-se em seguida. E, neste item, sugeriu a alteração do texto para constar “atuar para o esclarecimento sobre a descriminalização do aborto e aprimoramento dos instrumentos de educação em direitos relacionados ao planejamento familiar para mulheres e homens”. Posteriormente, o Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi sugeriu que houvesse a votação pontual dos itens do plano de atuação. O Conselheiro Pedro Avellar discordou da manifestação da Ouvidoria-Geral, e encaminhou para acolher o item 8.3 e 9.2. O relator reviu sua posição e alterou seu posicionamento de aprovar o item 9.2 e 7.1. Consigna-se que o relator declarou voto, pois precisava se ausentar da sessão às 14h29min. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que há confusão de interpretação das atribuições da instituição, e concordou com todos os pontos, contanto que fossem definidas com clareza no posicionamento da instituição. O Conselheiro Lucio Mota relatou um caso de sua defesa, e manifestou ser a favor da descriminalização do aborto. Parabenizou o voto do Conselheiro Julio Tanone e antecipou seu voto nesse sentido. Após as discussões, o Presidente proferiu a sumula dos encaminhamentos, consignando que o relator havia votado em sessão anterior para que a proposta fosse aprovada parcialmente, rejeitando os itens 5.3, 7.1, 8.3 e 9.2, mas aderiu a todos, exceto o item 5.3 (eixo 5 – criar Núcleo Regional de Habitação, Urbanismo e Conflito Agrário em cada Regional da Defensoria); a Conselheira Fabiana Zapata discordou do relator, e acolheu todas as propostas, sugerindo a alteração do item 3.2, passando a integrar o item 4.9; o Conselheiro Julio Tanone aprovou a proposta apresentada, rejeitando apenas item 8.3, sendo acompanhado pelo Conselheiro Pedro Avellar; Após, encaminhou para deliberação apenas as questões divergentes. 1) com relação ao reposicionamento do item 3.2, passando a integrar o item 4.9. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Fabiana Botelho Zapata, aprovar a alteração do item 4.9 do eixo 4. 2) com relação ao item 5.3, que visa criar Núcleo Regional de Habitação, Urbanismo e Conflito Agrário em cada Regional da Defensoria. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, manter o item 5.3 na proposta original. Vencidos os Conselheiros Leandro de Col Loss, Pedro Antônio de Avellar, Horácio Xavier Franco Neto e Octavio Ginez de Almeida Bueno, que votavam pela rejeição do item no eixo 5. 3) com relação ao item 7.1, que trata sobre a formação de defensores populares. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria unanimidade, nos termos do voto do relator, manter o item 7.1 e 7.2. 4) com relação ao item 8.3, que trata da descriminalização do aborto. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, manter o item 8.3 na proposta original. Vencidos os Conselheiros Julio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar, que votavam pela rejeição do item no eixo 8. 5) com relação a redação original do item 8.3, após sugestão do Conselheiro Julio

Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, rejeitar a redação original. Vencidos os Conselheiros Luiz Eduardo Kawano Dias, Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior e Davi Eduardo Depiné Filho, que votavam pela manutenção da redação original. 6) com relação a alteração da redação ao item 8.3. O Presidente encaminhou para deliberação o pedido subsidiário do Conselheiro Julio Tanone para que houvesse a alteração da redação do item 8.3, passando a constar: “atuar para o esclarecimento sobre a descriminalização do aborto e aprimoramento dos instrumentos de educação em direitos relacionados ao planejamento familiar para mulheres e homens”. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, rejeitar a redação proposta. Vencidos os Conselheiros Julio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar, que votavam pela mudança para “atuar para o esclarecimento sobre a descriminalização do aborto e aprimoramento dos instrumentos de educação em direitos relacionados ao planejamento familiar para mulheres e homens”. 7) com relação a redação construída durante as discussões para o item 8.3. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, acolher a mudança da redação para “pautar, trabalhar pela descriminalização do aborto, bem como aprimorar e agir na educação acerca do abortamento legal, evitando retrocesso, e atuar contra a criminalização das mulheres pela prática do aborto”. Vencidos os Conselheiros Julio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar, que votavam por redação diversa. 8) com relação ao item 9.2, que trata da atuação para garantir o cumprimento de pena próximo da família. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, manter o item 9.2. Após as discussões e deliberações, o Presidente proferiu o resultado. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, aprovar a proposta apresentada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral. DELIBEROU ainda, com relação às divergências: a) Por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Fabiana Botelho Zapata, aprovar a alteração do item 3.2, integrando ao item 4.9.b) Por maioria de votos, manter o item 5.3 na proposta original. Vencidos os Conselheiros Leandro de Col Loss, Pedro Antônio de Avellar, Horácio Xavier Franco Neto e Octavio Ginez de Almeida Bueno, que votavam pela rejeição do item no eixo 5. c) Por maioria de votos, manter o item 8.3 na proposta original. Vencidos os Conselheiros Julio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar, que votavam pela rejeição do item no eixo 8. d) Por maioria de votos, rejeitar a redação original do item 8.3. Vencidos os Conselheiros Luiz Eduardo Kawano Dias, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior e Davi Eduardo Depiné Filho, que votavam pela manutenção da redação original. e) Por maioria de votos, rejeitar a redação sugerida pelo Conselheiro Julio Cesar Tanone ao item 8.3. Vencidos os Conselheiros Julio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar, que votavam pela mudança do texto para: “atuar para o esclarecimento sobre a descriminalização do aborto e aprimoramento dos instrumentos de educação em direitos relacionados ao planejamento familiar para mulheres e homens”. f) Por maioria de votos, acolher a mudança da redação do item 8.3, passando a constar: “pautar, trabalhar pela descriminalização do aborto, bem como aprimorar e agir na educação acerca do abortamento legal, evitando retrocesso, e atuar contra a criminalização das mulheres pela prática do aborto”. Vencidos os Conselheiros Julio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar, que votavam por redação diversa. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 15h58min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessado/a: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13.

Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessado/a: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-

alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 086/15. Interessado/a: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014).Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016.Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015.Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 004/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016.Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho

Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 256/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 257/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado.Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências.Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior).Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 401/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 404/16. Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências).Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 415/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 420/16. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para Coordenadores, membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados.Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 423/16. Interessado/a: Daniely Maria Vaiano Glens. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado no exterior, no período de 30 de agosto de 2016 a 03 de março de 2017.Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ.Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital.Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a

votação para a próxima sessão.CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos.Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 460/16. Interessado/a: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office.Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça.Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar . O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 529/16. Interessado/a: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (abril a setembro de 2016). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 538/16. Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público.Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 007/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação 163/10 (que dispõe sobre compensação pela atuação dos Servidores da Defensoria Pública em atividades profissionais aos sábados, domingos e feriados). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 012/17. Interessado/a: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 017/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 018/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (janeiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP

nº 020/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 369/17. Interessado/a: Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados.Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 370/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CSDP nº 384/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 54ª sessão virtual, a ser realizada no dia 05 de abril de 2017.CGDP CAEP nº 062/14. Interessado/a: Laura Joaquim Taveira. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CGDP CAEP nº 098/14. Interessado/a: Sun Yue. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CGDP CAEP nº 063/14. Interessado/a: Laura Sarti Cortes. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CGDP CAEP nº 099/14. Interessado/a: Tadeu Jose Migoto Filho. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CGDP CAEP nº 102/14. Interessado/a: Victor Luiz Oliveira da Paz. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CGDP CAEP nº 115/14. Interessado/a: Joao Felipe Belem de Gouvea Reis. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.CGDP CAEP nº 026/14. Interessado/a: Carla Battistetti Medeiros Basoli. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 048/14. Interessado/a: Guilherme Feccini Gaona. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. O Presidente deu por encerrada a sessão às 15h58min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos trinta e um dias de março do ano de 2017.

Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente

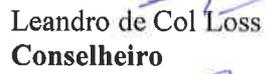
Luiz Eduardo Kawano Dias
Representando a 2ª Subdefensoria Pública-Geral

Ana Paula Kayamori de Oliveira
Corregedoria-Geral

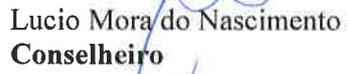
Florisvaldo Antônio Florentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral



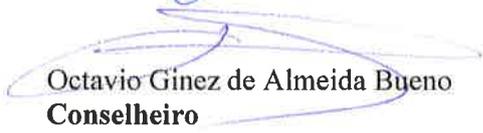
Alexandre Orsi Netto
Conselheiro



Leandro de Col Loss
Conselheiro



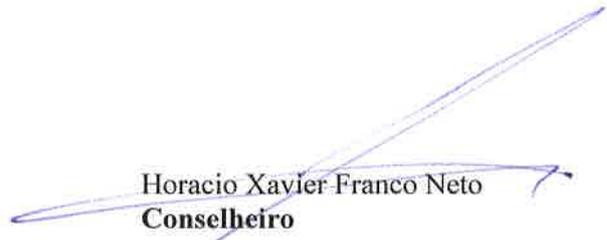
Lucio Mora do Nascimento
Conselheiro



Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



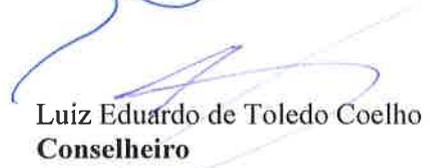
Alderon Pereira da Costa
Ouvidoria Geral



Horacio Xavier Franco Neto
Conselheiro



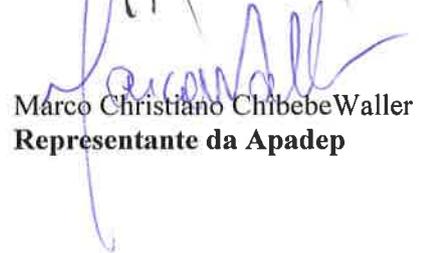
Julio Cesar Tanone
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Marco Christiano Chibebe Waller
Representante da Apadep

